

Questão Discursiva 03631

Determinado município editou, em 2018, lei com a seguinte redação.

Art. 1.º As obrigações de fazer determinadas por decisão judicial transitada em julgado contra a fazenda pública municipal não poderão ser executadas provisoriamente.

Art. 2.º O teto do valor das requisições de pequeno valor (RPV) referentes ao município corresponde a R\$ 1.000,00.

Inconformada com o teor desses dispositivos legais, a autoridade devidamente legitimada ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal, em busca da declaração de inconstitucionalidade da referida lei.

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), discorra sobre os seguintes aspectos relativos à situação hipotética apresentada.

1 Cabimento de controle de constitucionalidade de lei municipal pelo STF em face da CF.

2 Juridicidade dos artigos da lei editada pelo município.

Resposta #006475

Por: Carol 23 de Dezembro de 2020 às 09:18

1) Leis ou atos normativos municipais podem sofrer controle de constitucionalidade realizado pelo STF em algumas situações.

Primeiramente, cabe falar em controle de constitucionalidade difuso, uma vez que qualquer ação judicial de competência do STF, seja originária ou recursal, pode ter a constitucionalidade das normas envolvidas, inclusive municipais, analisada.

Além disso, o STF também poderá realizar o controle concentrado de constitucionalidade de normas municipais em duas situações: (i) mediante o ajuizamento de ADPF diretamente no STF e (ii) mediante Recurso Extraordinário interposto em sede de ADI ajuizada perante o TJ local, quando o parâmetro se tratar de norma da Constituição Estadual de reprodução obrigatória da CF.

2) O art. 1º da referida lei é maculado por inconstitucionalidade formal, tendo em vista que trata de matéria processual, a qual é de competência privativa da União. O art. 2º da lei em comento, por sua vez, é materialmente inconstitucional, uma vez que a CF/88 estabelece que, embora o município possa estabelecer o valor mínimo para expedição de RPV, este não poderá ser inferior ao valor do maior benefício do RGPS.